

Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal



Relatório de Actividades e Contas do Exercício
e Parecer do Conselho Fiscal do ano de 2018



Ninguém Vence Sozinho, Nem no Campo, Nem na Vida

(Papa Francisco)

A Mesa Administrativa agradece a todos os colaboradores que ao longo de 2018 ajudaram os nossos velhotes e meninos a serem mais felizes. Bem hajam

Alcácer do Sal 19 de Março de 2019

Irmãos,

A Santa Casa celebrou no ano de 2018 os seus 500 anos de existência.

O ano de 2018 veio mais uma vez evidenciar a tipologia dos pedidos de ajuda, ou seja, cada vez mais os novos utentes chegam à Instituição com um grau de dependência elevado. Este facto impõe um acréscimo significativo do número de cuidadoras.

O aumento do custo dos recursos Humanos, não está a ser reflectido nos respectivos acordos de cooperação, pelo que no curto prazo este assunto terá que ter obrigatoriamente uma reflexão mais profunda.

A finalidade da Santa Casa da Misericórdia é ajudar aqueles que dela necessitam. Continuamos de uma forma clara e expressiva a cuidar dos nossos velhotes aplicando os princípios da Humanidade.

Cuidar dos nossos velhotes é um trabalho que nem sempre se vê, que não se divulga, faz-se simplesmente.

Relatório de Actividades de 2018

Por determinação do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, vem a Mesa Administrativa apresentar à consideração da Assembleia Geral o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 E O PARECER DO CONSELHO FISCAL.

O ano de 2018 decorreu de acordo com o estabelecido no seu Plano de Actividades, sendo o rigor perseguido ao longo do exercício.

Continuamos a promover os princípios de Qualidade em toda a actividade desenvolvida nas nossas valências, reforçando a formação dos recursos humanos e apoio técnico, procurando ir ao encontro da satisfação das necessidades e expectativas dos nossos utentes e famílias.

Apoio Social

Residências

Implementação de novos Processos Individuais do Utente em articulação com os técnicos das diferentes áreas – social, animação, saúde e cuidados pessoais – reformulando o Plano Individual de Cuidados.

Deu-se continuidade aos cuidados prestados, de forma a irmos ao encontro das necessidades de cada utente tendo por base os princípios do respeito pela pessoa idosa.

Foram realizadas diversas atividades de animação sociocultural, tendo estas sido divididas e agrupadas de acordo com as diversas áreas de intervenção de cada utente. Damos especial ênfase à comemoração dos 500 anos da Instituição, com diversas atividades ao longo do ano, nomeadamente o colóquio “O futuro das Misericórdias”, o Congresso Envelhecimento Activo e Demências e o Encerramento das Comemorações dos 500 Anos.

Deu-se continuidade ao acompanhamento diário e individual de cada utente assente nos cuidados em Humanidade.

Foram instalados aparelhos de Ar Condicionado na Residência Rainha Isabel, nos pisos 1 e 2.

Serviço de Apoio Domiciliário

Acompanhamento á equipa, prestando um apoio individualizado de forma a irmos ao encontro das necessidades de cada utente.

Casa Ruy Sallema

Ocorreram alterações ao nível das Equipas Técnica e Educativa.

Continuámos a prestar o apoio necessário ao nível psicológico das crianças, de forma a definir o melhor projeto de vida em articulação com as diferentes equipas de intervenção.

Foram realizadas diversas atividades lúdicas de desenvolvimento social e cultural, tendo em conta as diferentes faixas etárias e as etapas de desenvolvimento de cada criança.

Outras Actividades

Farmácia

Pelo sétimo ano consecutivo a instituição conseguiu aumentar o seu resultado financeiro minimizando a crise que se fez sentir.

Prédios Rústicos

Mantiveram-se os trabalhos de melhoria dos povoamentos, através da limpeza de matos, desbastes, desramações e fertilidade do solo, na Herdade de Casas Novas.

Foi aplicado o produto Fitossanitário TEPPEKI em 200 ha de pinhal manso na Herdade dos Cachopos para o combate ao *Leptoglossus Occidentalis*. Enquadrando-se esta aplicação no pedido de uso extraordinário. Prevê-se um aumento significativo da produção e qualidade da pinha nesta área nos próximos 3 Anos.

Prédios Urbanos e Praça de Touros

Novos arrendamentos, com a crescente procura de habitações no Concelho.

Foi efectuada a manutenção mínima de forma a conservar e dar resposta aos inquilinos nos prédios urbanos.

No que diz respeito à praça de toiros foram efectuadas manutenções pontuais inadiáveis e rectificado o sistema de embolamento em forma de jaula, exigido pelo IGAC.

Recursos Humanos

O ano de 2018 foi um ponto de viragem no recrutamento de recursos humanos, quer pela escassez de candidatos, quer pela sua adequação aos perfis exigidos a cada categoria profissional.

Reforçamos a equipa de cuidadoras e de trabalhadoras de serviços gerais sempre que foi necessário dar resposta ao aumento do Grau Dependência dos nossos velhotes.

Factos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2018.

Perspetivas futuras

A Instituição mantém como objectivo prioritário a remodelação da ERPI Residência José Godinho Jacob. O projecto desta Estrutura Residencial para Pessoa Idosa especializada em Grandes Dependentes e Demências, foi contemplada com a linha de financiamento Alentejo 2020 no valor de 750.000 Euros a fundo perdido.

Os próximos anos serão difíceis no que diz respeito à contratação e formação dos colaboradores. Os trabalhadores deste sector, nomeadamente nos cuidados, deverão estar vocacionados, recetivos e remunerados face às exigências quer físicas quer psicológicas que estas profissões exigem num serviço humanizado e de qualidade.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os resultados líquidos no valor de 4.960,38 Euros sejam transferidos para **Reservas Estatutárias**.

Alcácer do Sal, 19 de Março de 2018

A MESA ADMINISTRATIVA

Fernando Molha dos Reis

Francisco Ricardo de Almeida

Gonçalo Pereira Lynce de Faria

Valdemar das Dores Parreira

Carlos Miguel Vicente Sobral

Maria Antónia Murcho Lavradorinho Rosa

Rita Bebiana Cabral Rito

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Irmãos.

No cumprimento do disposto nas alíneas a) e c) do número um do artigo trigésimo primeiro do Compromisso da Irmandade, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia, reunido hoje, apreciou o Relatório de Actividades, Balanço e Demonstração de Resultados relativo ao exercício de dois mil e dezoito, de forma a permitir apresentar à Assembleia Geral o seu parecer constante da seguinte proposta:-----

=PARECER=

Primeiro: Que sejam aprovados o Relatório de Actividades e as Contas apresentados pela Mesa Administrativa, relativos ao exercício de dois mil e dezoito.-----

Segundo: Que ao Resultado Líquido do exercício seja dada a aplicação que a Mesa Administrativa propõe.-----

Alcácer do Sal, 26 de Março de 2019

O Conselho Fiscal

António Joaquim Pereira Espada

Luís Manuel Flamino Bicha

Pedro Miguel Santana Nobre

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2018

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	11.726.316,75	11.794.785,03
Ativos intangíveis	6	1.390,68	2.149,10
Ativos biológicos	7	505.913,40	505.913,40
Outros investimentos financeiros	19	274.328,46	269.316,44
		12.507.949,29	12.572.163,97
Ativo corrente:			
Inventários	8	169.794,64	167.388,80
Créditos a receber	9	130.969,28	105.484,40
Estado e outros entes públicos	10	10.683,50	6.858,00
Outros activos correntes	11	57.899,15	39.838,10
Diferimentos	12	10.582,68	9.931,16
Calxa e depósitos bancários	13	1.472.046,52	1.648.244,82
		1.851.875,77	1.977.745,28
Total do Ativo		14.359.925,06	14.549.909,25

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2018

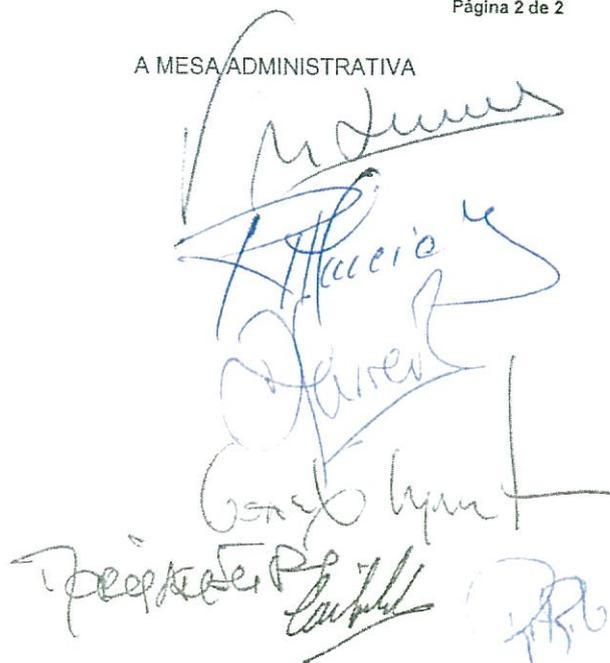
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Fundos	20	6.034.992,02	6.034.992,02
Outras reservas	20	5.577.562,75	5.435.207,68
Resultados transitados	20	244.571,58	244.571,58
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	20	553.678,13	576.323,76
		12.410.804,48	12.291.095,04
Resultado líquido do período	20	4.960,38	142.355,07
		12.415.764,86	12.433.450,11
Total do capital próprio		12.415.764,86	12.433.450,11
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	16	1.250.000,08	1.388.888,96
		1.250.000,08	1.388.888,96
Passivo corrente:			
Fornecedores	17	96.672,54	99.697,66
Estado e outros entes públicos	10	48.772,69	40.778,89
Financiamentos obtidos	16	139.752,66	140.892,68
Outros passivos correntes	18	405.812,28	431.370,94
Diferimentos	12	3.149,95	14.830,01
		694.160,12	727.570,18
Total do passivo		1.944.160,20	2.116.459,14
Total do Capital Próprio e do Passivo		14.359.925,06	14.549.909,25

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2018

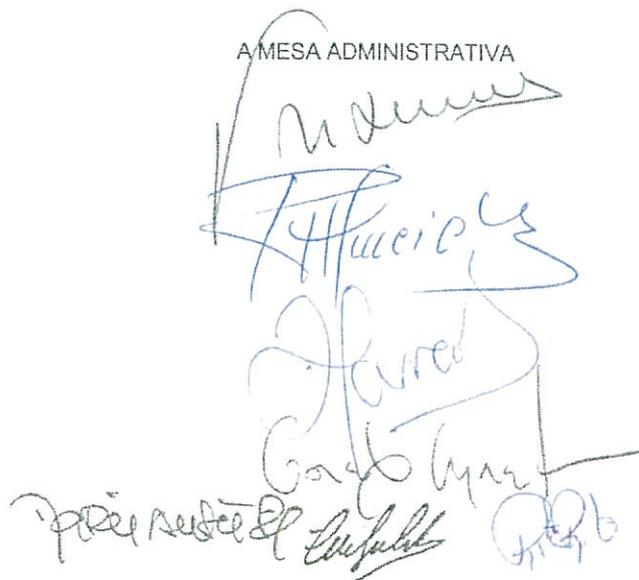
RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2018	2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	22	2.185.227,73	2.188.192,06
Subsídios, doações e legados à exploração	23	871.606,12	878.961,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(1.234.302,42)	(1.181.887,87)
Fornecimentos e serviços externos	24	(495.532,93)	(443.307,62)
Gastos com o pessoal	25	(1.481.813,37)	(1.421.285,47)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14		6.480,26
Outros rendimentos	26	402.436,58	368.345,10
Outros gastos	27	(42.775,70)	(67.986,72)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		204.846,01	327.510,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(200.761,97)	(186.256,99)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.084,04	141.253,90
Juros e rendimentos similares obtidos	28	4.915,34	5.544,38
Juros e gastos similares suportados	29	(4.039,00)	(4.443,21)
Resultado antes de impostos		4.960,38	142.355,07
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		4.960,38	142.355,07
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado por ação básico			

* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 14.359.925 euros e um total de fundos patrimoniais de 12.415.765 euros, incluindo um resultado líquido de 4.960 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas

contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

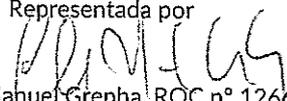
SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 25 de março de 2019

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

Exercício de 2018

1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é uma instituição particular de solidariedade social, sediada no Olival do Coronel, em Alcácer do Sal, tendo sido constituída em 1530, tendo como objeto principal a economia Social, nos termos da respectiva Lei de Bases e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública as atividades de apoio social para pessoas idosas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a que as mesmas reflitam fidedignamente as operações da Instituição, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI)

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados, não tendo sido derrogadas quaisquer disposições da norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2017.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 - Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

3.1.2 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.1.3 - Ativos intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.1.4 - Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são valorizados ao custo depreciado. Os ativos biológicos (consumíveis ou de produção) são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o valor a registar em inventários.

3.1.5 - Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

3.1.6 - Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

3.1.7 - Inventários

Os Inventários são valorizados ao seu custo histórico. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados pelo disposto na NCRF 17.

3.1.8 - Estado e outros entes públicos

De acordo com a alínea b), n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, por despacho de 23/05/1989 do Ex.mo Senhor Subdiretor-Geral das Contribuições e Impostos, viu reconhecida a isenção de IRC para os rendimentos das Categorias C, E, F e G.

3.1.9 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

3.1.10 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.11 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

3.1.12 - Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

3.1.13 - Prestação de serviços

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado.

O rédito proveniente das quotizações é considerado como prestação de serviços.

3.1.14 - Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando: seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Instituição;

3.1.15 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.1.16 - Gastos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da

especialização dos exercícios. Os gastos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

4 - Fluxos de caixa

O caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Rubrica	2018	2017
Caixa	2.116,78	7.965,78
Depositos à ordem	719.929,74	890.279,04
Outros depósitos bancários	750.000,00	750.000,00
Outros instrumentos financeiros		
TOTAL	1.472.046,52	1.648.244,82

5 - Ativos fixos tangíveis

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Classe de ativos \ Valores apurados	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL	
									Valor bruto escriturado
Início do período	5.677.646,49	8.196.839,59	1.533.395,48	208.020,26	231.395,78	102.680,97	171.978,13	16.121.956,70	
Período	Depreciação acumulada + perdas por imparidade	(2.468.182,06)	(1.383.260,18)	(158.477,15)	(218.194,04)	(99.058,24)		(4.327.171,67)	
	Quantia líquida escriturada	5.728.657,53	150.135,30	49.543,11	13.201,74	3.622,73	171.978,13	11.794.785,03	
	Aquisições	19.530,00	22.917,21				89.088,06	131.535,27	
	Alienações	(90,80)						(90,80)	
	Depreciações do período	(149.121,66)	(33.738,44)	(11.890,35)	(3.760,69)	(1.492,41)		(200.003,55)	
	Outras alterações	90,80	87.057,06				(87.057,06)	90,80	
Fim do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.643.369,75	208.020,26	231.395,78	102.680,97	174.009,13	16.253.401,17
	Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(2.617.212,92)	(1.416.998,62)	(170.367,50)	(221.954,73)	(100.550,65)		(4.527.084,42)
	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.599.065,87	226.371,13	37.652,76	9.441,05	2.130,32	174.009,13	11.726.316,75

6 - Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Classe de activos \ Valores apurados		Programas de computador
Início do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	-6.757,46
	Quantia líquida escriturada	2.149,10
Período	Aquisições	
	Alienações	
	Amortizações do período	-758,42
	Perdas por imparidade	
	Revalorizações	
	Outras alterações	
Fim do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)	-7.515,88
	Quantia líquida escriturada	1.390,68

7 - Ativos biológicos

Dada a uma das valências da SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL, a Agricultura, os ativos biológicos decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	2018	2017
<u>De Produção</u>		
- Plantações de pinhal manso	477.183,40	477.183,40
- Plantações de pinhal bravo	28.730,00	28.730,00
TOTAL	505.913,40	505.913,40

8 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os inventários têm a seguinte composição:

Descrição	2018				2017			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	150.492,99	912.117,89	-6.379,71	151.719,72	150.005,85	860.482,95	-5.515,87	150.492,99
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16.895,81	330.970,08		18.074,92	19.486,04	324.817,70		16.895,81
Subtotal	167.388,80	1.243.087,97	-6.379,71	169.794,64	169.491,89	1.185.300,65	-5.515,87	167.388,80
Total	167.388,80	1.243.087,97	-6.379,71	169.794,64	169.491,89	1.185.300,65	-5.515,87	167.388,80
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1.234.302,42				1.181.887,87

As “Mercadorias” destinam-se a ser comercializadas na farmácia da Instituição.

As “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” destinam-se a ser consumidas nos Lares José Godinho Jacob, Emília Matos e Rainha Santa Isabel, e Valências Apoio Domiciliário e Centro de Acolhimento.

Os “Ativos biológicos”, conforme mencionado na nota 7 do presente Anexo, referem-se a plantações de pinhal manso e bravo.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor de inventários reconhecido como um gasto durante o período foi de 1.234.302,42 €.

9 - Clientes

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31-12-2018			31-12-2017		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes conta corrente	73.731,50		73.731,50	55.461,65		55.461,65
Utentes conta Corrente	57.237,78		57.237,78	50.022,75		50.022,75
Clientes e utentes cobrança duvidosa	27.060,38	(27.060,38)	0,00	27.060,38	(27.060,38)	0,00
TOTAL	158.029,66	(27.060,38)	130.969,28	132.544,78	(27.060,38)	105.484,40

A rubrica de “Clientes e utentes cobrança duvidosa” contempla as dívidas em mora de 6 até 12 meses, de 12 até 18 meses, de 18 até 24 meses e há mais de 24 meses.

10 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	31-12-2018	31-12-2017
Activo		
Imposto sobre o valor acrescentado	10.683,50	6.858,00
Passivo		
Retenção de imposto sobre o rendimento	8.680,60	5.625,56
Imposto sobre o valor acrescentado	6.314,42	5.011,90
Contribuições para a Segurança Social	33.777,67	30.141,43
TOTAL	48.772,69	40.778,89

A Instituição tem cumprido as suas obrigações fiscais com regularidade.

11 - Outras contas a receber - correntes

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber correntes	31-12-2018			31-12-2017		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.200,13		2.200,13	2.154,07		2.154,07
Outros devedores	55.699,02		55.699,02	37.456,91		37.456,91
Pessoal						
Fornecedores c/c				227,12		227,12
TOTAL	57.899,15	-	57.899,15	39.838,10	-	39.838,10

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” corresponde essencialmente ao reconhecimento do rédito proveniente de juros de depósitos e outras receitas a liquidar no exercício seguinte.

O saldo da rubrica “Outros devedores” contempla o montante de 47.501,97 €, referente a rendas dos Prédios rústicos e urbanos a receber no exercício seguinte.

12 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	31-12-2018	31-12-2017
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	10.582,68	9.931,16
TOTAL	10.582,68	9.931,16
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos a reconhecer	3.149,95	14.830,01
TOTAL	3.149,95	14.830,01

Gastos a reconhecer dizem respeito a seguros, comunicação, trabalhos especializados, rendas e alugueres e quotizações.

Rendimentos a reconhecer dizem respeito a rendas e quotizações.

13 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	2.116,78	7.965,78
Depósitos à ordem	719.929,74	890.279,04
Outros depósitos bancários	750.000,00	750.000,00
TOTAL	1.472.046,52	1.648.244,82

14 - Imparidade de ativos

O resumo dos ativos em imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, decompõe-se da seguinte forma:

Imparidade em ativos financeiros ao custo menos perda por imparidade	31-12-2018			31-12-2017		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes e utentes	27.060,38	-	27.060,38	33.540,64	6.480,26	27.060,38
Total	27.060,38	-	27.060,38	33.540,64	6.480,26	27.060,38

15 - Subsídios relacionados com ativos

Os subsídios ao investimento são:

Descrição	Valor do subsídio	Início	Taxa depreciação ativo	Subsídios por reconhecer 31-12-2018
Lar Rainha Sta Isabel	230.000,00	2010	2,00%	188.600,00
Subsídio IFAP-Proder	233.213,29	2014	10,00%	139.927,96
Subsídio IFAP-Proder	129.934,20	2015	10,00%	77.960,52
	593.147,49			406.488,48

Estes são considerados rendimento do exercício em função das depreciações praticadas.

Os subsídios IFAP-PRODER dizem respeito a projectos florestais implementados na Herdade de Cachopos.

16 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2018		31-12-2017	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Caixa Geral Depósitos	139.752,66	1.250.000,08	140.892,68	1.388.888,96
TOTAL	139.752,66	1.250.000,08	140.892,68	1.388.888,96

Os financiamentos correntes dizem respeito ao “Caixa Works”, com um prazo de contrato de 120 dias, bem como à parte dos financiamentos não correntes a ser liquidada no exercício seguinte.

Os financiamentos não correntes dizem respeito ao empréstimo contratado junto da *Caixa Geral de Depósitos* em 2008, o qual vence em 2028.

Associado ao empréstimo bancário, existe uma garantia colateral real (hipoteca), no montante de 2.500.000€.

17 - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores c/c		
Gerais	96.672,54	99.697,66
TOTAL	96.672,54	99.697,66

18 - Outras contas a pagar - correntes

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar correntes	31-12-2018	31-12-2017
Pessoal	755,84	1.278,16
Fornecedores de investimentos	19.933,18	3.973,55
Credores por acréscimos de gastos	167.664,92	196.073,42
Outros credores	217.458,34	225.895,38
Clientes / Utentes		4.150,43
TOTAL	405.812,28	431.370,94

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos” corresponde essencialmente à estimativa de férias e subsídio de férias e gastos com bens em comum a liquidar no exercício seguinte.

19 - Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos noutras empresas	5.509,44	2.509,44
Outros investimentos financeiros	268.819,02	266.807,00
TOTAL	274.328,46	269.316,44

A rubrica de “Outros investimentos financeiros” corresponde essencialmente a obrigações as quais se encontram valorizadas pelo valor nominal, no montante de 260.000 € e Fundos de compensação.

20 - Fundos patrimoniais:

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	6.034.992,02	0	0	6.034.992,02
Excedentes técnicos		0	0	
Reservas	5.435.207,68	142.355,07	0	5.577.562,75
Resultados transitados	244.571,58	142.355,07	142.355,07	244.571,58
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	576.323,76	19.530,00	42.175,63	553.678,13
Resultado Líquido do Período	142.355,07	4.960,38	142.355,07	4.960,38
TOTAL	12.433.450,11	309.200,52	326.885,77	12.415.764,86

As variações na rubrica de "Outras variações nos fundos patrimoniais" verificaram-se com a transferência para a conta de "Outros rendimentos e ganhos" da parte correspondente às depreciações efectuadas no exercício, respeitantes a subsídios ao investimento e doações recebidas.

21 - Provisões

No exercício de 2018, não existem provisões reconhecidas.

22 - Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados	31-12-2018	31-12-2017
Vendas		
- Mercadorias	1.273.022,85	1.202.544,79
- Activos Biológicos	60.580,40	155.447,96
	1.333.603,25	1.357.992,75
Prestações de Serviços		
- Quotizações	820.430,51	781.820,82
- Serviços farmacêuticos	7.921,67	12.473,29
- Cedência de exploração	18.870,00	17.610,00
- Serviços sociais	4.402,30	18.295,20
- Outros serviços	0,00	0,00
	851.624,48	830.199,31
TOTAL	2.185.227,73	2.188.192,06

As mercadorias são produtos farmacêuticos comercializados pela farmácia da Santa Casa.

Os ativos biológicos referem-se a produtos silvícolas extraídos das herdades da Instituição, tais como pinha e pinheiros.

Relativamente às Quotizações estas dizem respeito às mensalidades dos utentes das valências Lar e Apoio ao domicílio.

Cedência de exploração:

- Exploração Cinegética 8.610,00
- Praça de Touros 9.000,00

Os serviços sociais referem-se a reembolsos de alimentação.

23 - Subsídios, doações e legados à exploração

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017:

Subsídios, doações e legados à exploração	31-12-2018	31-12-2017
Do Estado e outros entes públicos		
- Centro Regional Segurança Social	866.919,35	857.046,18
- Administração Regional de Saúde		
- Cont Local Desenvolvimento Social		
- União das Misericórdias Portuguesas	2.000,00	18.000,00
	868.919,35	875.046,18
De outras entidades		
- IFAP	2.686,77	2.972,47
- IEFP		942,50
	2.686,77	3.914,97
TOTAL	871.606,12	878.961,15

Os subsídios recebidos e mencionados neste quadro, estão de acordo com os protocolos celebrados entre a Instituição e as respectivas entidades.

24 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2018	31-12-2017
Subcontratos	23.990,00	35.490,00
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	31.884,30	30.781,44
Vigilância e segurança		87,85
Honorários	60.424,34	55.841,04
Comissões	594,92	539,36
Conservação e reparação	107.794,45	75.969,53
Serviços bancários	804,40	1.637,36
Outros		53,20
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	21.297,74	19.711,94
Livros e documentação técnica		36,00
Material de escritório	6.245,95	6.018,71
Artigos para oferta	1.353,00	
Outros	25.957,86	12.062,41
Energia e fluidos		
Electricidade	47.797,84	51.993,90
Combustíveis	8.616,05	7.694,95
Água	23.267,08	27.032,68
Outros	44.282,24	35.493,67
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	6.585,58	14.007,52
Transportes de mercadorias	41,04	34,62
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	2.536,53	2.033,37
Comunicação	17.403,80	11.912,87
Seguros	9.472,88	9.657,39
Contencioso e notariado	781,78	298,96
Despesas de representação	416,90	477,22
Limpeza, higiene e conforto	36,87	
Outros serviços	53.947,38	44.441,63
TOTAL	495.532,93	443.307,62

25 - Gastos com o pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações do pessoal	1.200.900,02	1.162.049,79
Benefícios pós-emprego		
Para planos de contribuições definidas - outros	163,76	118,54
Indemnizações	7.700,00	
Encargos sobre remunerações	240.223,94	233.125,51
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	11.613,07	11.439,90
Gastos de ação social	3.049,94	3.141,48
Outros gastos com pessoal	18.162,64	11.410,25
Dos quais:		
Gastos com formação	2.555,94	1.751,55
Gastos com fardamento	7.079,95	1.810,81
TOTAL	1.481.813,37	1.421.285,47

O número médio de pessoas que colaboraram com a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 foram as seguintes:

2018 =110 funcionários

2017 = 108 funcionários

26 - Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos são assim decompostos:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos suplementares Aluguer de equipamento		
Outros rendimentos suplementares Cedência de energia	54.122,23	54.736,60
Descontos de pronto pagamento obtidos	4.406,27	5.458,92
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros Alienações	10.000,00	12.285,00
Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento	239.478,00	213.411,45
Outros	94.430,08	82.453,13
TOTAL	402.436,58	368.345,10

Alienações:

Alienação de um edifício

Descrição da rubrica "Outros":

- Correções relat per trib anteriores	8.815,00 €
- Imputação de subsídios ao investimento	42.175,63 €
- Ganhos em outros instrumentos financeiros	1.500,00 €
- Correções do exercício	5.658,20 €
- Indemnizações	32.768,37 €
- Donativos	<u>3.512,88 €</u>
	<u>94.430,08 €</u>

INDEMNIZAÇÕES:

32.188,07 € - Pellets Power 2 - Produção de Pellets, Lda por danos causados na

Herdade de Castelo de Arêz.

27 - Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas são assim decompostos:

Outros gastos e perdas	31-12-2018	31-12-2017
Impostos	3.088,36	4.253,61
Dívidas incobráveis		
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	4.818,08	847,14
Donativos	600,00	600,00
Quotizações	11.888,87	11.047,06
Outros não especificados	22.380,39	51.238,91
Subtotal	39.687,34	63.733,11
TOTAL	42.775,70	67.986,72

A rubrica “Outros não especificados” refere-se essencialmente aos gastos em comum com a Associação de Socorros Mútuos e Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

28 - Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos são assim decompostos:

Juros e rendimentos similares obtidos	31-12-2018	31-12-2017
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	697,92	1.065,86
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	4.217,42	4.478,52
TOTAL	4.915,34	5.544,38

29 - Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	31-12-2018	31-12-2017
Juros suportados		
Financiamentos bancários	4.035,64	4.422,53
Outros	3,36	20,68
TOTAL	4.039,00	4.443,21

30 - Acontecimentos após data de Balanço

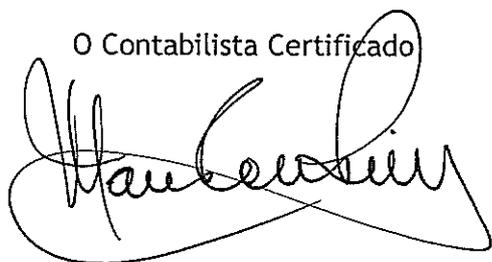
Não se verificaram acontecimentos relevantes entre o fecho e a aprovação das contas.

31 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa

